



# MAESTRO FROTAS

# MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

CPNJ 08.795.211/0001-70



## 1-) MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com prazer que mostraremos a seguir os resultados e conquistas obtidas em 2023. O maior desafio do ano era consolidar o mais novo produto no portfólio E conseguimos! Começamos o ano com a receita de locação de equipamentos agrícolas representando 5% da receita bruta de locação, e encerramos o ano com quase 30%, uma excelente evolução. Reduzimos nossa frota de veículos leves em mais de 1.000 veículos ao longo do ano a fim de investir os recursos da venda de tais seminovos na linha de ativos agrícolas, e por este motivo tivemos ligeira queda no faturamento de locação e expressivo aumento na receita com venda de ativos, pois vendemos aproximadamente três vezes a quantidade de veículos em relação ao ano anterior. Além da locação dos equipamentos agrícolas terminamos 2023 representando quase 60% da receita bruta de locação, pela duração longa dos contratos, é o produto que tem o maior fluxo futuro de receitas contratadas de todos, representando quase 60% do faturamento futuro da Companhia. Esse fluxo de novos contratos permitiu que fizessemos a nossa primeira emissão do CRA (Certificado de Recebíveis de Agronegócio) concluída em janeiro/24, vide nota 29 Eventos Subsequentes, diversificando ainda mais as alternativas de financiamentos para suportar o crescimento da Maestros. O produto agrícola foi redesenhado ao longo do ano, tem principalmente dois públicos-alvo diferentes, o principal é o produtor rural, e em seguida o prestador de serviço. A nova estrutura foi pensada para estar mais alinhada com as necessidades do campo, sob o aspecto de garantias e fluxo de caixa, e após as novas parametrizações o produto vendeu bastante. O time comercial foi integralmente contratado e atua em todo território nacional, diferentes culturas (plantios) e ainda contamos com diversas parcerias que nos apoiam para fortalecer a operação. Para 2024 continuaremos com mais foco em Agro e Pesados, mais diferente de 2023, com vencimento da frota de veículos leves bem menor, facilitando crescimento. Mesmo com a ligeira queda de faturamento, conquistamos o mesmo nível de rentabilidade do ano anterior e com ligeiro aumento de EBITDA. Agradecemos a todo nosso time e nossos stakeholders pelo empenho e parceria!

Fabio Lewkowicz  
Diretor Presidente

## 2-) CONTEXTO OPERACIONAL

A Maestros atua no segmento de Terceirização e Gestão de Frotas de veículos, caminhões, máquinas agrícolas e equipamentos pesados através de contratos de longa duração. Com a diversificação no mix de sua frota, em 2023 a Maestros desmobilizou parte da frota devido ao ciclo natural de vencimento de contratos e o valor contábil líquido total passou de R\$ 198.779 em 2022 para R\$ 210.194 em 2023, distribuídos em mais de 134 clientes em todo território nacional. A Maestros compra seus veículos, leves, pesados e agrícolas diretamente das principais montadoras do país, contando com mix diversificado de fabricantes na sua frota. A venda de veículos leves e pesados é feita através de parceria com nossa rede de mais de 1.600 lojas e que nos permite fazer desativação rápida e eficiente, com baixa estrutura fixa e dentro dos parâmetros de precificação estabelecidos. Com a aquisição da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarity") no final de 2018 e sua incorporação integral em 2019, foi possível diversificar geograficamente a nossa atuação comercial, inclusive para a venda de seminovos. Abrimos uma loja para vendas a varejo em Belo Horizonte com o objetivo de adicionar um canal de maior potencial de retorno. Em 2023 atingimos resultados positivos históricos pelo terceiro ano consecutivo. Os bons resultados são fruto também de uma incessante busca por eficiência operacional e otimização de nossa estrutura. Cumprimos adequadamente nossos compromissos financeiros (covenants) relacionados às emissões de debêntures, bem como mantivemos a carteira de clientes saudável, sem cancelamentos ou devoluções antecipadas significativas dos contratos vigentes. Ao longo do ano, consolidamos uma base de clientes maior e mais diversificada com crescimento em veículos pesados e de máquinas agrícolas (linha verde), bem como em soluções de gestão completas e inovadoras. Os indicadores de resultado estão demonstrados abaixo:

Demonstração de resultado		(em milhares de reais, exceto quanto indicado de outra forma)	
	31/12/2023	31/12/2022	
Receita líquida	175.992	107.843	
Custos de locação e venda de veículos	(113.606)	(42.446)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>62.386</b>	<b>65.397</b>	
Despesas operacionais	(17.569)	(15.366)	
Provisão para redução ao valor recuperável e baixa de contas a receber - incobráveis	(2.116)	(3.819)	
<b>Despesas administrativas e gerais</b>	<b>(19.685)</b>	<b>(19.185)</b>	
<b>Lucro antes das despesas financeiras líquidas e tributos</b>	<b>42.701</b>	<b>46.212</b>	
Despesas financeiras	(30.361)	(33.795)	
Receitas financeiras	3.354	3.833	
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(27.007)</b>	<b>(29.958)</b>	
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>15.694</b>	<b>16.254</b>	
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.016)	(3.956)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.492)	(1.927)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>10.186</b>	<b>10.371</b>	

## 3-) COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

A Maestros concluiu o ano de 2023 mantendo o patamar recorde de rentabilidade dos últimos 2 anos. Tivemos ao longo dos últimos 12 meses fechamentos de novos contratos relevantes no setor agrícola (linha verde) e nossa operação encerrou o ano mais diversificada entre as linhas verde, pesados e agro. O lucro líquido nos últimos 12 meses foi de R\$10,1mm e o resultado antes dos impostos foi de R\$15,7mm, praticamente estável em relação ao patamar recorde atingido em 2022. A rentabilidade sobre o Capital Investido médio (RoIC) resultou em spread final de 4,9%. A receita bruta de locação em 2023 atingiu R\$77,4mm representando 3% de redução em 12 meses. Como mencionado ao longo dos períodos intermediários de 2023, esse resultado foi decorrente principalmente da não renovação intencional do seu maior contrato de veículos leves que foi desativado ao longo do ano. A estratégia de crescimento da Companhia foi redesenhada para um portfólio mais voltado a veículos Pesados e Agro e os resultados estão surgindo com uma performance comercial consistente no fechamento dos doze meses de 2023. Foram assinados novos contratos onde o investimento no CAPEX em frotas foi de R\$113,6mm ao longo do ano de 2023, representando 31,4% de leves, 27,0% de pesados e 41,6% de agro. A receita de venda de veículos foi de R\$105,7mm, um crescimento de 197% na comparação com o 2022, este aumento está relacionado a desmobilização de parte da frota com o ciclo natural de vencimento de contratos sem renovação. De acordo com a estratégia de rentabilização do ativo e diversificação da base de negócios, continuamos consistentemente aumentando a participação de caminhões (pesados) na frota total. Em 2023, a receita de locação anual de pesados representou 31,6% da receita bruta de locação total, com 28,1% da frota monetária e 15,6% do número de veículos. Adicionalmente, temos avançado de forma contínua e consistente em nossa atuação no segmento do agronegócio "linha verde" (aluguel de veículos e máquinas agrícolas). No final de 2023, a participação do agro no total da frota é de 25,7%, o valor total investido foi de R\$60,2mm. Vale mencionar também que em função dos prazos mais longos deste produto, a carteira de recebíveis já representa 55,1% do total de recebíveis, no montante de R\$113,7mm (base de contratos implantados). A contribuição da venda de seminovos foi fundamental para o resultado operacional de 2023. A contribuição no resultado operacional (receita-custo) atingiu R\$19,5mm aumento equivalente a 83,0% em relação ao ano anterior. O EBITDA de 2023 atingiu R\$59,3, aumento de 3,8% em relação ao ano anterior com margem de 84,5% sobre a receita líquida de locação. Em 2022 a margem foi de 79,1%, refletindo crescimento relativo da participação da linha verde na carteira, ganhos contínuos de eficiência operacional, além da contribuição de seminovos mencionada no parágrafo anterior. A frota total no final de 2023 atingiu R\$210,1mm, aumento de 5,7% em relação ao ano anterior. Com o reforço da captação da 6ª emissão de debêntures de R\$65mm, encerramos o ano com uma sólida posição de caixa. O endividamento líquido total atingiu R\$155,4mm representando um aumento de 4,7% (R\$6,9mm) na comparação com o fechamento de 2022. A geração de caixa operacional somada à venda mensal típica de veículos em desmobilização de frota tem sido consistentemente superior ao pagamento de dívida (juros e principal), mostrando solidez na gestão de ativos e passivos. A Maestros conclui 2023 reafirmando nosso compromisso de continuidade avançar em nossos objetivos de rentabilização do capital investido, atendendo nossos clientes de forma diferenciada, com alto nível de eficiência operacional e solidez financeira. Acreditamos que as ações que nos trouxeram a este patamar de resultado em 2023, constituem alicerces importantes na evolução contínua de nosso negócio para o horizonte previsível.

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	
<b>Circulante</b>		<b>45.531</b>	<b>44.469</b>	
Caixa e equivalente de caixa	4	17.377	20.473	
Aplicações financeiras	5	263	-	
Contas a receber de clientes	6	17.918	12.730	
Veículos em desativação para renovação da frota	7	8.446	9.779	
Tributos a recuperar	8	86	159	
IRPJ e CSLL a recuperar	-	-	35	
Despesas antecipadas	8	392	518	
Outras contas a receber	-	1.049	775	
<b>Não circulante</b>		<b>223.013</b>	<b>210.690</b>	
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>14.343</b>	<b>14.503</b>	
Aplicações financeiras	5	464	1.216	
Contas a receber de clientes	6	5.302	3.052	
Depósitos judiciais	17	28	-	
Despesas antecipadas	8	66	247	
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.b	8.379	9.871	
Outras contas a receber	-	104	104	
Imobilizado	10	201.877	189.140	
Intangível	11	6.453	6.520	
Direito de Uso	-	340	527	
<b>Total do ativo</b>		<b>268.544</b>	<b>255.159</b>	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)				
	Re-Dividendos	Reten-	Lucros	Patrí-
Capital social	serva	ção	de acumu-	mônio
	lidos	lucros	lados	líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>51.735</b>	<b>793</b>	<b>5.653</b>	<b>58.181</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	10.371	10.371
Reserva legal	-	519	-	(519)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.463)
Reserva de retenção de lucros	-	-	7.389	(7.389)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>51.735</b>	<b>1.312</b>	<b>5.653</b>	<b>66.089</b>
Aumento de capital	3.766	-	(3.766)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	10.186	10.186
Reserva legal	-	509	-	(509)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.419)
Dividendo adicional proposto	-	-	427	(427)
Reserva de retenção de lucros	-	-	6.831	(6.831)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>55.501</b>	<b>1.821</b>	<b>1.887</b>	<b>73.564</b>

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Demonstração do resultado (em milhares de reais, exceto %)					
	2023	AV %	2022	AV %	X 2022
Receita líquida	175.992	100%	107.843	100%	68.149
Bruta de locação	77.438	44%	79.646	74%	(2.208)
(-) Impostos sobre receita de locação	(7.200)	4%	(7.367)	7%	167
Venda de veículos	105.754	60%	35.564	33%	70.190
Custos de locação e venda de veículos	(113.606)	65%	(42.446)	39%	(71.160)
<b>Lucro bruto</b>	<b>62.386</b>	<b>35%</b>	<b>65.397</b>	<b>61%</b>	<b>(3.011)</b>
Administrativas e gerais	(19.685)	11%	(19.185)	18%	(500)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(19.685)</b>	<b>11%</b>	<b>(19.185)</b>	<b>18%</b>	<b>(500)</b>
<b>Lucro antes das despesas financeiras líquidas e tributos</b>	<b>42.701</b>	<b>24%</b>	<b>46.212</b>	<b>43%</b>	<b>(3.511)</b>
Despesas financeiras	(30.361)	17%	(33.795)	31%	3.434
Receitas financeiras	3.354	2%	3.837	4%	(483)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(27.007)</b>	<b>15%</b>	<b>(29.958)</b>	<b>28%</b>	<b>2.951</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>15.694</b>	<b>9%</b>	<b>16.254</b>	<b>15%</b>	<b>(560)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5.509)	-3%	(5.883)	-5%	375
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.186)	6%	(10.371)	10%	(185)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>10.186</b>	<b>6%</b>	<b>10.371</b>	<b>10%</b>	<b>(185)</b>

## 3-1) RECEITA DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

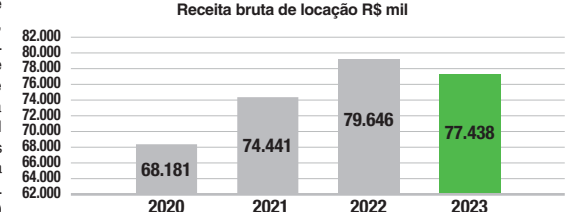
A receita bruta total é composta de receita de aluguel e receita de venda de veículos.

R\$ mil	2020	2021	2022	2023
Aluguel	68.181	74.441	79.646	77.438
Venda de veículos	56.932	25.585	35.564	105.754
<b>Total</b>	<b>125.113</b>	<b>100.026</b>	<b>115.210</b>	<b>183.192</b>

**Crescimento**

	2020	2021	2022	2023
Aluguel	-6%	9%	7%	-3%
Venda de veículos	16%	-5%	39%	197%

A receita de aluguel de veículos em 2023 apresentou uma pequena redução de 3% em relação ao ano anterior, atingindo R\$77,4mm. Esta redução ocorreu devido aos vencimentos dos contratos existentes de veículos leves sem renovação. A receita de aluguel é composta por veículos leves, pesados e agro. Em 2023 continuamos com alinhamento estratégico com aumento na participação de pesados e agro no mix da frota, os faturamentos destes segmentos representaram 31,6% e 12,2% respectivamente. O aumento de 197% na receita total de venda de veículos em relação ao ano anterior decorreu principalmente da maior desmobilização contratual (safra de contratos de veículos leves) e está em linha com a estratégia da companhia de aumentar a alocação de capex para novas aquisições na linha verde.



## 3-2) CUSTO DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

Variação 2023/2022				
	2023	2022	R\$ mil	%
Custos de manutenção	(8.544)	(8.506)	38	0,4%
Custos com depreciação	(16.005)	(10.314)	5.691	55,2%
Custos dos veículos vendidos	(86.186)	(24.872)	61.314	246,5%
Outros custos com veículos vendidos	(3.554)	(817)	2.737	335,0%
Custos com pessoal	(3.317)	(2.848)	469	16,5%
Outros custos operacionais	(699)	-	699	0,0%
Recuperação de créditos de PIS e COFINS¹	180	247	67	-27,1%
Recuperação de taxa de administração sobre multas	4.519	4.664	145	-3,1%
<b>Total</b>	<b>(113.606)</b>	<b>(42.446)</b>	<b>71.160</b>	<b>167,6%</b>

No fim do exercício de 2023, os custos de locação e venda de veículos apresentaram 65% da receita líquida total, aumento de 25% em relação ao ano anterior. Os custos de venda de veículos, que representam a baixa do valor contábil dos veículos vendidos, totalizaram R\$86,1mm em 2023, aumento de R\$61,3mm, equivalente a 246,5%, na comparação com o 2022, efeito da maior safra de desmobilização conforme item 3.1. Os custos diretos de locação podem ser decompostos em 3 grupos principais: • Custos com depreciação atingiram R\$16,0mm em 2023, apresentando aumento de 55,2% em relação ao ano anterior. Um dos principais fatores para este aumento foi a maior penetração no segmento de pesados e agro. A depreciação média em 2023 foi de 7,0% sobre o total do ativo (veículos) bruto e em 2022 foi de 4,3%. • Custos de manutenção (incluindo custo com pessoal) ficando relativamente no mesmo patamar do ano anterior, passando de R\$11,3mm em 2022 para R\$11,8mm em 2023. Em 2022 os custos de manutenção representavam 14,3% da receita de aluguel e ao final de 2023, esse indicador passou para 15,3%. • Demais custos, líquidos das recuperações, encontram-se dentro das flutuações normais do fluxo operacional.

## 3-3) LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto atingiu R\$62,3mm apresentando redução de 4,6% em relação ao ano anterior, consequência das variações de receitas e custos mencionados nos itens anteriores.

## 3-4) DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

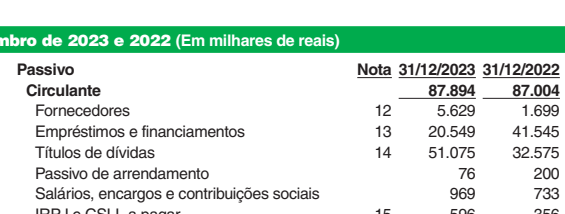
Variação 2023/2022				
	2023	2022	R\$ mil	%
Despesas com pessoal	(10.588)	(9.091)	1.497	16,5%
Serviços de terceiros	(2.496)	(2.316)	180	7,8%
Despesas com ocupação	(487)	(890)	(403)	-45,3%
Despesas gerais	(3.093)	(2.106)	987	46,9%
Despesas com depreciação e amortização	(643)	(627)	16	2,6%
Despesa com comunicação	(262)	(335)	(73)	-21,8%
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.646)	(2.660)	(1.014)	-38,1%
Baixa de contas a receber - incobráveis	(470)	(1.160)	(690)	-59,5%
<b>Total</b>	<b>(19.685)</b>	<b>(19.185)</b>	<b>500</b>	<b>2,6%</b>

As despesas administrativas e gerais não apresentaram variação significativa, representando 2,6% na base anual. Dentre este resultado as principais variações no exercício foram: (i) crescimento de 16,5% nas despesas fixas e variáveis de pessoal, impactado por novas contratações para o segmento agro; (ii) redução de 45,3% referente a despesas de ocupação com as diárias dos pátios; (iii) crescimento de 46,9% referente as despesas gerais, sendo: despesas de cartório com as transferências de documentações das vendas de veículos, seguro da frota administrativa e despesas com as ações ESG; (iv) redução de 38,1% e 59,5% com as provisões do valor recuperável de contas a receber e incobráveis, respectivamente.

## 3-5) RESULTADO NA VENDA DE VEÍCULOS DESATIVADA DA FROTA

Em 2023 vendemos os veículos seminovos a 122,7% do custo total contábil, evidenciando sucesso na política de precificação e confiável canal de desmobilização. Ao longo dos últimos anos, temos vendido nossos carros através de nossa rede de parceiros lojas em todo território nacional e em nossa loja de varejo em Belo Horizonte. O aumento de 197% no volume de vendas, deve-se ao maior número de contratos vencendo em relação ao ano anterior.

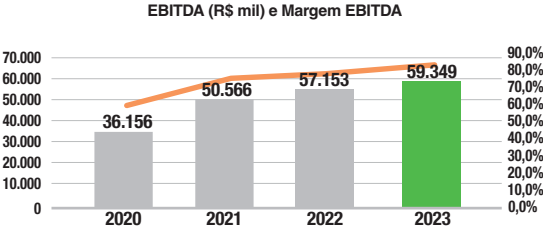
R\$ mil	2020	2021	2022	2023
Receita	56.932	25.585	35.564	105.754
Custo dos veículos vendidos	53.651	17.598	24.872	86.186
<b>Resultado</b>	<b>3.281</b>	<b>7.987</b>	<b>10.692</b>	<b>19.568</b>
<b>Resultado/Custo</b>	<b>106,1%</b>	<b>145,4%</b>	<b>143,0%</b>	<b>122,7%</b>



## 3-6) EBITDA e MARGEM EBITDA

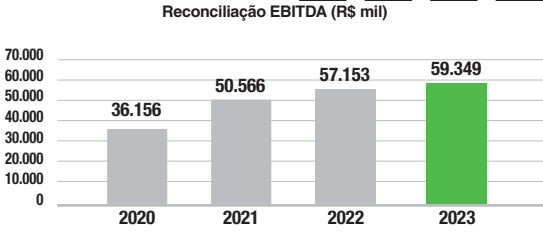
O EBITDA em 2023 atingiu R\$59,3mm aumento de R\$2,1mm em relação ao ano anterior, equivalente a 3,8%. A margem EBITDA por sua vez aumentou de 79,1% para 84,5%.

	2020	2021	2022	2023
<b>RS mil EBITDA</b>	<b>36.156</b>	<b>50.566</b>	<b>57.153</b>	<b>59.349</b>
Itens não recorrentes	1.704	342	-	-
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>37.860</b>	<b>50.908</b>	<b>57.153</b>	<b>59.349</b>
Crescimento EBITDA	-10,2%	34,5%	12,3%	3,8%
<b>Margem EBITDA</b>	<b>58,4%</b>	<b>74,8%</b>	<b>79,1%</b>	<b>84,5%</b>



## Reconciliação EBITDA: O EBITDA é considerado uma informação não contábil, sendo assim as informações não contábeis utilizadas no relatório não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Reconciliação do EBITDA - R\$ mil				
	2020	2021	2022	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.070</b>	<b>7.453</b>	<b>10.371</b>	<b>10.186</b>
(+) Resultado financeiro líquido	16.546	18.508	29.958	27.007
(-) Depreciação	18.282	20.615	10.941	16.648
(+) Imposto de renda e contribuição social	259	3.991	5.883	5.508
<b>EBITDA</b>	<b>36.156</b>	<b>50.566</b>	<b>57.153</b>	<b>59.349</b>



→ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma) DA MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.**

**1. Contexto operacional**

A Maestro Locadora de Veículos S.A. ("Maestro" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto, sem ações negociadas em mercado. Adicionalmente, a Companhia está listada desde 2015 na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no segmento de governança corporativa Bovespa Fins. Nossa modalidade a Companhia possui prazo para realização de oferta de ações até 31 de dezembro de 2024, conforme Fato Relevante divulgado em 19 de dezembro de 2023. A Companhia foi constituída em 5 de abril de 2007, com escritório administrativo localizado na Avenida Quirino Filho, 1560, Vila Hamburguesa, São Paulo, Estado de São Paulo e sede na Rua Paulo do Vale, 356 - Sala 3 fundos, Vila Cercado Grande, Embu das Artes, no Estado de São Paulo. A Companhia atua em todo território nacional no segmento de locação de veículos leves, pesados e máquinas agrícolas de longa duração, sem motorista, provendo serviços de tercirização de frota. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização por um prazo total de 36 a 60 meses e são posteriormente vendidos em canais de venda de usados e leilões especializados. Em 31 de dezembro de 2023 o valor contábil líquido da frota da Maestro para locação é de R\$210.194.

**2. Descrição das principais políticas contábeis**

**2.1. Base de preparação:** a) Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que correspondem às disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras anuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de março de 2024. b) **Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações de fluxo de caixa foram preparadas de acordo com as apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC). Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. c) **Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguem as disposições contábeis da Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira apresentação a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos custos e despesas e pelo valor adicionado recebido em transferência. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre impostos, taxas e contribuições, pessoal, remuneração de capital de terceiros e remuneração do capital próprio. d) **Segmento de negócio:** A receita da Companhia é, basicamente, composta pelo aluguel de frota, portanto a Companhia concluiu que possui apenas um segmento de negócio passível de reporte. A Companhia não possui um cliente que representa individualmente mais de 10% da receita líquida. e) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. f) **Uso de estimativas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Diretoria utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados em termos de receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. g) **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 06 - Contas a receber de clientes - mensuração da perda de crédito esperada para o cliente; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • Nota 10 - Imobilizado - determinação do valor residual dos veículos operacionais e da vida útil dos ativos; • Nota 17 - Provisão para contingência - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências; principais premissas sobre a provisão e magnitude das salidas de recursos. h) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. **2.2. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de serem utilizados para o pagamento de curto prazo de investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. b) **Aplicações financeiras de uso restrito:** Aplicações financeiras de uso restrito referem-se a certificados de depósito bancário, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do balanço patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado. Essas aplicações financeiras são garantidoras de empréstimos bancários da Companhia. c) **Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O reconhecimento de clientes são inicialmente mensurados na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados no curso de sua vida útil, a menos que haja evidência de que a Companhia mudou o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ao VJR se esse ativo não for mensurado significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; • O desempenho da carteira que é avaliado e reportado à Administração; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • A frequência, o volume e o momento do valor dos fluxos de caixa contratuais em períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. **Ativos financeiros: avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atendia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: i) eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Mensuração subsequente:** Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. **Favorecidos financeiros: classificação e mensuração subsequente:** Os ativos financeiros favorecidos foram inicialmente mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo no desreconhecimento de um passivo. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. d) **Redução ao valor recuperável: ativos financeiros - não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens discutidos abaixo, que são mensurados ao custo amortizado por um período de 12 meses após a data de aquisição de ativos de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações de análises quantitativas e qualitativas,

com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito para a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 181 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as esperadas com créditos que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência esperados para 12 meses após a data de aquisição de ativos de crédito esperadas para 12 meses após as que resultam de possíveis eventos de inadimplência que possam ocorrer até esse prazo. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas por probabilidade, são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos a receber e a pagar) e são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do devedor; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 181 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é debitada no balanço patrimonial bruto dos ativos e debitada no resultado. e) **Veículos em desativação para renovação da frota:** A frota de veículos é renovada após sua vida útil econômica, que compreende basicamente o exercício em que a frota está alugada a terceiros. Após este exercício os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 16 - Estoque. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação. A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do exercício de utilização da frota nas atividades de aluguel. f) **Imobilizado:** O custo de aquisição de um ativo imobilizado é o custo histórico de aquisição líquido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual (valor estimado que a Companhia obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperada para o fim de sua vida útil). A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	31/12/2023	31/12/2022
Veículos (leves, pesados e máquinas agrícolas)	3 - 5 anos	3 - 5 anos
Implementos	3 - 5 anos	3 - 5 anos
Acessórios	3 - 5 anos	3 - 5 anos
Equipamentos de informática	5 - 10 anos	5 - 10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Benefetórias	2 - 3 anos	2 - 3 anos

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação. g) **Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. O seja, se o contrato transmite o controle do ativo subjacente e a condição esperada para o fim de vida útil em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos de direitos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Imóvel, 2 a 3 anos; Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representando o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. De acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o custo de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida para produzir estoques. O arrendatário incorre no obrigatório ajuste de custos, seja na data de início ou em consequência de ter usado o ativo subjacente durante um período específico. Os contratos de arrendamento da Companhia não contém a obrigação de desmontar e remover o ativo subjacente, restaurar o local em que está localizado ou restaurar o ativo subjacente a uma condição específica. **Passivo de arrendamento:** A data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. O custo de arrendamento de arrendamento se houver uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início por que a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após o prazo de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetivados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. h) **Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. i) **Redução ao valor recuperável: Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que seguem o pronunciamento CPC 01 (R1), são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quando o exercício de recuperação de capital e os riscos específicos do ativo são considerados. A obrigação de testar o valor recuperável de ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Em 2023 e 2022, não foram registrados ajustes dessa natureza. j) **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Adicionalmente, em casos raros onde não é claro se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço. k) **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construída de pagar esses valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. l) **Balcetes: Locação de veículos:** A receita de locação de bens (veículos e máquinas agrícolas) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel. **Venda de veículos:** A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), *atividade acessória* e complementar da atividade de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de seus bens. **Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A receita de juros decorre do exercício de recuperação de capital e dos riscos específicos do ativo em questão. Para a finalidade de testar o valor recuperável de ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Em 2023 e 2022, não foram registrados ajustes dessa natureza. j) **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Adicionalmente, em casos raros onde não é claro se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço. k) **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construída de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

contabil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. n) **Resultado básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação da Companhia durante o ano. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todos os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam ser convertidos em ações da Companhia e que causariam efeito de diluição. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía instrumento que causassem efeito diluente no cálculo do resultado por ação diluído. o) **Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP):** A distribuição de dividendos e JCP para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, desde que não pago, é mantido no patrimônio líquido na conta "dividendo adicional proposto" até a sua aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO). O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei, é classificado na rubrica "Retenção de lucros" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. p) **Classificação circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa, os ativos de alta liquidez mantidos para atender a compromissos de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado o circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no exercício de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. q) **Adoção inicial de normas e alterações:** A partir de 01 de janeiro de 2023 novas normas e alterações entraram em vigência e a Companhia não identificou nenhum impacto nas demonstrações financeiras. • CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS Practice Statement 2; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8); e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12). r) **Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios finais após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) - alterações ao CPC 06 (IFRS 16); • Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* - alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28); • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26 (IAS 1); e • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7.

**3. Gerenciamento do risco financeiro**

**Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros. Adicionalmente a análise destas exposições encontra-se na nota 25. • Risco de mercado; • Risco de taxas de juros; • Risco operacional; • Risco de crédito; • Risco de liquidez. As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento. A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração. a) **Risco de mercado:** Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco de taxa de juros e o valor residual dos veículos. A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pré e pré-fixadas. O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade destes ao longo de sua duração. Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Diretoria e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos. b) **Risco de taxa de juros:** O risco de taxas de juros é aquele no qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas:

	Contas a receber
A vencer	10.843
Vencidos de 01 a 30 dias	2.015
Vencidos de 31 a 60 dias	3.723
Vencidos de 61 a 90 dias	91
Vencidos de 91 a 180 dias	737
Vencidos de 181 a 360 dias	2.054
Vencidos acima de 361 dias	10.604
	<b>30.067</b>

A provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela Diretoria para suprir as eventuais perdas de realização de créditos. A partir de 30 de setembro 2022, a Companhia revisou e aprimorou o critério de estimativa da provisão, provisionando 3% para a totalidade dos títulos a vencer bem como complementando a provisão para 100% de títulos vencidos superiores a 5 anos, exceto para os títulos que tem decisão judicial favorável e sobre os quais existam garantias executáveis. A movimentação é apresentada a seguir:

	Redução do valor recuperável
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	(5.201) (5.498)
Constituição da provisão	(2.855) (3.137)
Reversão da provisão	1.209 3.434
<b>Saldo final em 31 de dezembro 2023 e 2022</b>	<b>(6.847) (5.201)</b>

**7. Veículos em desativação para renovação da frota**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Taxa inicial</b>	<b>9.779</b>	<b>1.459</b>
Custos dos veículos vendidos	(86.186)	(24.872)
Transferências de veículos <sup>1</sup>	84.853	33.192
<b>Saldo final</b>	<b>8.446</b>	<b>9.779</b>

<sup>1</sup>Transferência de veículos do imobilizado anteriormente em operação (nota 10). A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto à realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (*impairment*) é constituída. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve necessidade de constituição de provisão para perdas.

**8. Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas são apropriadas de acordo com o seu prazo de vigência.

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Taxas</b>	<b>102</b>	<b>281</b>
Despesas de Prêmio de Seguros	102	21
Fretes e Carretos (entrega ao cliente)	39	84
Benefícios (colaboradores)	158	87
Preparação veículos (entrega ao cliente)	19	293
Outros	14	19
	<b>458</b>	<b>765</b>
Circulante	392	518
Não circulante	66	247
	<b>458</b>	<b>765</b>

**9. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

a) **Reconciliação de despesa com imposto de renda e contribuição social**

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.694	16.254
Imposto de renda e contribuição social		
• alíquota nominal - 34%	(5.336)	(5.526)
Ativos para demonstração da alíquota efetiva:		
• Bônus à diretoria	(255)	(403)
• Despesas indutíveis, brindes, incentivos e patrocínios	(15)	(45)
• Outros	98	91
<b>Total de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(5.500)</b>	<b>(5.883)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.016)	(3.955)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.492)	(1.928)
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>35,1%</b>	<b>36,2%</b>

b) **Balanço patrimonial:** A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscal diferido da Companhia nos períodos comparativos:

	31/12/2022	Movimentação	31/12/2023
	<b>Classificação</b>	<b>Líquido</b>	<b>Resultado</b>
Prejuízo fiscal e base negativa			

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma) DA MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.**

em circunstâncias específicas da Companhia. Crescimento na perpetuidade: A estimativa foi baseada principalmente em: • Resultados históricos obtidos pela Companhia; • Expectativa de crescimento orgânico das operações atuais; • Expectativa de inflação baseada nas projeções (Boletim Focus) e metas divulgadas pelo Banco Central. Sensibilidade a mudanças nas premissas: As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas anualmente e demonstramos a seguir: • Taxa de desconto - utilizando-se um fator de ajuste de 1,0 p.p., a taxa de desconto passa para 12,1%. Mesmo considerando esta nova taxa, não há perda por redução ao valor recuperável. • Crescimento na perpetuidade - aplicando-se um fator de redução no crescimento da perpetuidade de 1,0 p.p., este crescimento passa dos atuais 6% para 5%. Mesmo considerando este cenário, não há perda por redução ao valor recuperável.

12. Fornecedores		31/12/2023	31/12/2022
Montadoras		4.645	1.131
Fornecedores diversos		984	568
		<b>5.629</b>	<b>1.699</b>

13. Empréstimos e financiamentos		31/12/2023		31/12/2022				
Modalidade	Moeda	Taxa mês (%)		Ano de vencimento	Circulante	Não Circulante	Total	%
		Mínimo	Máximo					
Giro (Pré)	R\$	0,92 a.m.	1,41 a.m.	12/2024 a 03/2026	13.561	6.930	20.491	56,3%
Giro (Pós)	R\$	0,34 a.m. + CDI	0,47 a.m. + CDI	06/2024 a 12/2027	6.795	8.663	15.458	42,5%
Finame	R\$	0,72 a.m. + SELIC	-	12/2025	415	386	801	2,2%
(-) Custo de transação¹					(222)	(152)	(374)	-1,0%
					<b>20.549</b>	<b>15.827</b>	<b>36.376</b>	

¹ Gastos com empréstimos os quais são amortizados pelo prazo de vigência da dívida.

14. Títulos de dívidas		31/12/2022		31/12/2022				
Modalidade	Moeda	Taxa mês (%)		Ano de vencimento	Circulante	Não Circulante	Total	%
		Mínimo	Máximo					
Giro (Pré)	R\$	0,92 a.m.	1,41 a.m.	12/2024 a 03/2026	24.058	16.028	40.086	63,0%
Giro (Pós)	R\$	0,34 a.m. + CDI	0,47 a.m. + CDI	07/2024	17.065	5.385	22.450	35,3%
Finame	R\$	0,72 a.m + SELIC	-	12/2025	569	803	1.372	2,2%
(-) Custo de transação¹					(147)	(106)	(253)	-0,4%
					<b>41.545</b>	<b>22.110</b>	<b>63.655</b>	

¹Gastos com empréstimos os quais são amortizados pelo prazo de vigência da dívida.

a) **Garantias:** Os empréstimos e financiamentos são garantidos pela composição de veículos, conforme nota 10 e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro. O cumprimento dos índices e limites financeiros dos respectivos empréstimos e financiamentos vem sendo atendidos, assim como as cláusulas restritivas não financeiras.

15. IRPJ e CSLL a pagar e obrigações tributárias		31/12/2023		31/12/2022	
Circulante	(-) Custo de transação¹	Total circulante	Não circulante	(-) Custo de transação¹	Total não circulante
4ª Emissão de debêntures	13.864	(442)	13.422	-	-
5ª Emissão de debêntures	20.157	(615)	19.542	42.062	(1.185)
6ª Emissão de debêntures	18.960	(732)	18.228	46.231	(1.037)
C.R.A.	-	(117)	(117)	-	-
	<b>52.981</b>	<b>(1.906)</b>	<b>51.075</b>	<b>88.293</b>	<b>(2.222)</b>
					<b>86.071</b>
					<b>137.146</b>

¹Gastos com a emissão das debêntures e CRA, os quais são amortizados pelo prazo de vigência da dívida.

16. Adiantamentos de clientes		31/12/2022		31/12/2022	
Circulante	(-) Custo de transação¹	Total circulante	Não circulante	(-) Custo de transação¹	Total não circulante
4ª Emissão de debêntures	15.147	(497)	14.650	13.886	(414)
5ª Emissão de debêntures	18.516	(591)	17.925	62.280	(1.774)
	<b>33.663</b>	<b>(1.088)</b>	<b>32.575</b>	<b>76.166</b>	<b>(2.188)</b>
					<b>73.978</b>
					<b>106.553</b>

¹Gastos com a emissão das debêntures os quais são amortizados pelo prazo de vigência da dívida.

4ª Emissão de debêntures: A Companhia assinou em 23 de outubro de 2019, Escritura para distribuição pública no mercado nacional, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº476, da quarta emissão de debêntures no valor de R\$60.000. As debêntures terão remuneração CDI+3,7% ao ano e serão amortizadas mensalmente, com carência de 12 meses, com vencimento final em novembro de 2024. As debêntures são garantidas pela alienação fiduciária de veículos e cessão de contratos com clientes. Os recursos se destinaram a: (i) liquidação antecipada de contrato de empréstimo internacional; e contratos de arrendamento mercantil (leasing) e (ii) reforço de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo a pagar da 4ª emissão é de R\$13.422 (R\$28.122 em 31 de dezembro de 2022). 5ª Emissão de debêntures: A Companhia captou em 10 de janeiro de 2022 o montante de R\$80.000, através de emissão de 80 mil debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, sendo todas com valor unitário de R\$1, de acordo com os termos descritos em instrumento particular de escritura da 5ª emissão de debêntures entre a Companhia, como emissora, e a Pentágono S.A. DTVM, como agente fiduciário, sendo liberado R\$50.000 em 28 de janeiro de 2022 e R\$30.000 liberado em 18 de maio de 2022. O prazo total da emissão é de 5 anos com carência de 12 meses do principal, com vencimento final em 10 de janeiro de 2027 e está sujeito a atualização com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 3,9% ao ano. Os recursos se destinaram a: (i) liquidação de contrato de empréstimo; e (ii) reforço de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo a pagar da 5ª emissão é de R\$60.419 (R\$78.431 em 31 de dezembro de 2022). 6ª Emissão de debêntures: Em 17 de maio de 2023 foi assinada a Escritura particular de emissão pública de Debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real em 2 séries, para distribuição pública com esforços restritos da 6ª Emissão de Debêntures, entre a Companhia, como emissora, e a Pentágono S.A. DTVM, como agente fiduciário, sendo liberado R\$40.000 em 31 de maio de 2023 referente a primeira série, R\$10.000 em 15 de junho de 2023 e R\$15.000 em 20 de outubro de 2023 recebidos da segunda série. O prazo total da 6ª emissão é de 3 anos com carência de 12 meses do principal, com vencimento final em 22 de maio de 2026 e está sujeito a atualização com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela

17. Provisão para contingências		31/12/2023		31/12/2022	
Contingências Cíveis	Contingências Trabalhistas	Total Contingências	Total Depósitos Judiciais	Depósitos Judiciais	Total Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	728	-	728	(70)	658
Reversão/baixa	(80)	-	(80)	57	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	648	-	648	(13)	635
Provisão	263	14	277	(15)	262
Baixa (pagamento)	(207)	(14)	(221)	-	(221)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<b>704</b>	<b>-</b>	<b>704</b>	<b>(28)</b>	<b>676</b>

A Companhia está sujeita a ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Diretoria, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso de natureza provável no valor de R\$704 (R\$648 em 31 de dezembro de 2022). Além disso e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. Em 31 de dezembro de 2023, a estimativa dos valores relacionados a contingências cíveis possíveis, com base em informações de seus assessores jurídicos é de R\$258 (R\$524 em 31 de dezembro de 2022). Depósitos judiciais: A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, cujas movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

18. Patrimônio líquido		31/12/2023		31/12/2022	
Acionistas	Quantidade de ações	Capital integralizado	Capital integralizado	Capital integralizado	Capital integralizado
Stratus SCP FLEET FIP-M	45%	11.710.305	24.987	22.752	22.752
Stratus SCP Brasil FIP	1%	8.116.785	17.322	15.770	15.770
Lewvo Participações e Administração Ltda.	2%	444.435	949	864	864
Stratus Investimentos Ltda.	1%	183.735	394	357	357
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	21%	5.554.560	11.849	11.992	11.992
	<b>100%</b>	<b>26.009.820</b>	<b>55.501</b>	<b>51.735</b>	<b>51.735</b>

a) **Capital social:** Na AGE realizada em 10 de abril de 2023, foi aprovada a capitalização dos dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos nos exercícios anteriores de 2016, 2017 e 2021 no montante de R\$3.766, de modo que o capital social da Companhia passou para R\$55.501 (R\$51.735 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 26.009.820 ações ordinárias.

19. Lucro por ação		31/12/2023		31/12/2022	
Numerador	Denominador	Lucro líquido do exercício	Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação (em milhares)	Lucro líquido do exercício	Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação (em milhares)
		10.186	10.186	10.371	10.371
		<b>0,991</b>	<b>0,991</b>	<b>1,007</b>	<b>1,007</b>

A tabela a seguir estabelece o cálculo do resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (em milhares de valores por ação e quantidade de ações). O lucro básico e diluído por ação são iguais, pois não há títulos conversíveis ou opções de ações diluidoras em circulação.

20. Receita líquida		31/12/2023		31/12/2022	
Custos de manutenção	Custos com depreciação	Custos dos veículos vendidos	Outros custos com veículos vendidos	Custos com pessoal	Outros custos operacionais
Localização de veículos		77.438	79.646		
Venda de veículos		105.754	35.564		
		<b>183.192</b>	<b>115.210</b>		
Impostos sobre serviços e vendas		(7.200)	(7.367)		
		<b>175.992</b>	<b>107.843</b>		

premissas utilizadas para determinar e revisar o valor residual dos veículos operacionais que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras. Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: i. Avaliação, em base amostral, dos preços de mercado, os quais consideramos o preço de venda de veículos similares no mercado; ii. Avaliação do resultado na venda dos veículos durante o exercício; iii. Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas na determinação e revisão do valor residual dos veículos detidos pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria seria capaz de detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação

**23. Resultado financeiro**

23. Resultado financeiro		31/12/2023		31/12/2022	
Despesas de juros com empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos		(27.406)	(29.278)		
Despesas e custo de transação com empréstimos e debêntures		(2.508)	(3.558)		
Despesas bancárias e IOF		(447)	(959)		
Despesas financeiras		<b>(30.361)</b>	<b>(33.795)</b>		
Recebimentos sobre aplicações financeiras		2.653	3.174		
Outras receitas financeiras		701	663		
Receitas financeiras		<b>3.354</b>	<b>3.837</b>		
Resultado financeiro líquido		<b>(27.007)</b>	<b>(29.958)</b>		

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração com os encargos para os membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Companhia foi de R\$3.915 (R\$4.089 em 31 de dezembro 2022).

24. Partes relacionadas		31/12/2023		31/12/2022	
Remuneração fixa		2.475	2.357		
Remuneração variável		1.223	1.524		
Benefícios		217	208		
		<b>3.915</b>	<b>4.089</b>		

A Administração não possui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

**25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros**

a) **Riscos de crédito:** O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco de crédito na Companhia está basicamente nos créditos a receber de clientes, no caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras depositadas/aplicadas em bancos e instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia dos respectivos ativos financeiros, é como segue:

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros		31/12/2023		31/12/2022	
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Contas a receber de clientes	Circulante Até 1 ano	Não circulante De 2 a 5 anos	31/12/2023	31/12/2022
		17.640	464	18.104	21.689
		17.918	5.302	23.220	15.782
		<b>35.558</b>	<b>5.766</b>	<b>41.324</b>	<b>37.471</b>

b) **Riscos de liquidez:** A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros não derivativos, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

26. Transações que não afetam o caixa		31/12/2023		31/12/2022	
Emprestimos e financiamentos	Debtures e financiamentos	Circulante Até 1 ano	Não circulante De 2 a 5 anos	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual
		20.549	15.827	36.376	63.655
		52.981	88.293	141.274	106.553
		5.629	-	5.629	1.699
		76	-	76	200
		<b>79.235</b>	<b>104.120</b>	<b>183.355</b>	<b>216.202</b>

c) **Valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis e valores justos estimados para empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras são calculados a partir de modelos que utilizam dados observáveis e suposições futuras relacionadas às taxas de juros pré e pós-fixadas, entre outros variáveis aplicáveis. As taxas usadas são obtidas junto às instituições financeiras para operações com condições similares ou com base em informações geradas pelo mercado, quando disponíveis. A análise da razoabilidade dos cálculos apresentados por essas instituições financeiras é efetuada pela Companhia por meio da comparação com cálculos similares efetuados por outras partes para o mesmo período aplicável. Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros, trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado ou taxa com base nas condições do pagamento de prêmio na ocorrência de resgate antecipado facultativo estabelecido na escritura de debêntures de cada emissão. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, preços) ou indiretamente (por exemplo, dados baseados nos preços), exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e • Nível 3: informações para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece que não há instrumentos financeiros mensurados a valor justo nos Níveis 1 e 3 de hierarquia. A Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A tabela a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

27. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento		31/12/2023		31/12/2022	
Emprestimos e financiamentos	Debtures e financiamentos	Circulante Até 1 ano	Não circulante De 2 a 5 anos	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual
		20.549	15.827	36.376	63.655
		52.981	88.293	141.274	106.553
		5.629	-	5.629	1.699
		76	-	76	200
		<b>79.235</b>	<b>104.120</b>	<b>183.355</b>	<